

Boletim

# do CCAC



廉政公署  
CCAC

TRIMESTRAL  
ISSN 1682-8739

N.º 23 - Outubro de 2007

Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau



## COMEMORAÇÃO DO 15.º ANIVERSÁRIO DA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE EM MACAU

- P3** “Ombudsmen e a Legalidade da Administração – Intercâmbio Internacional entre a China e os Países Lusófonos”
- P4** Retrospectiva de 15 Anos de Promoção da Integridade em Macau
- P6** Plano para uma Gestão Íntegra
- P11** Textos escolhidos  
“The Ombudsman’s Role in Good Governance: Issues & Challenges” (2.ª parte)  
Javed Sadiq Malik, Federal Ombudsman of Pakistan

# ÍNDICE

- 2 Mensagem do Comissário
- 3 “Ombudsmen e a Legalidade da Administração – Intercâmbio Internacional entre a China e os Países Lusófonos”
- 4 Retrospectiva de 15 Anos de Promoção da Integridade em Macau
- 6 Plano para uma Gestão Íntegra
- 7 Sessões de Intercâmbio sobre Gestão Íntegra
- 9 *Workshops* sobre a Prática de Integridade
- 10 Vozes da Sociedade: O presidente do IAS fala sobre o código de integridade interno
- 11 Textos Escolhidos: “The Ombudsman’s Role in Good Governance: Issues & Challenges” (2.ª parte)  
Javed Sadiq Malik, Federal Ombudsman of Pakistan
- 15 Revelações de Pessoal do CCAC
- 16 Novidades
- 17 Recortes de Jornais
- 18 Miradouro
- 19 Provérbio



Boletim do CCAC  
N.º 23 – Outubro de 2007  
Edição: Commissariado contra a Corrupção  
Coordenação: Departamento de Relações Comunitárias do CCAC  
Design e arranjo gráfico: Bruno Design  
Impressão: Bruno Design  
Tiragem: 2.000

As sugestões e os pedidos de aquisição do Boletim do CCAC devem ser dirigidos a:  
Comissariado contra a Corrupção –  
Departamento de Relações Comunitárias  
Alameda Dr. Carlos d’Assumpção,  
Edif. Dynasty Plaza, 14.º andar, Macau  
Tel: (853) 2832 6300  
Fax: (853) 2836 2336  
<http://www.ccac.org.mo>  
ISSN: 1682-8739

## OLHANDO PARA TRÁS E PARA OS INCIDENTES SENTE-SE UMA MAIOR RESPONSABILIDADE

A promoção da integridade social em Macau faz 15 anos em 2007. Os primeiros tempos foram difíceis e hoje há ainda um longo caminho a percorrer. Em resposta às crescentes expectativas na sociedade, o Commissariado contra a Corrupção, sempre com uma atitude realista, está a fazer o seu melhor.

Em comemoração do 15.º aniversário da promoção da integridade em Macau, o Ministério de Supervisão da China e o CCAC organizarão, em meados de Outubro, o Encontro de Intercâmbio Internacional entre a China e os Países Lusófonos “Ombudsmen e a Legalidade da Administração”, onde vão estar presentes representantes de vários países de língua portuguesa e de Hong Kong. O encontro conta também com uma visita a Beijing e a Macau. É de crer que este evento contribua para estreitar os contactos e cooperação entre os países e territórios que se fizerem representar.

A “Transparência Internacional”, organização não governamental internacional de monitorização do combate à corrupção, publicou em Setembro o Índice de Percepção da Corrupção 2007. De entre os 25 países e territórios da Ásia-Pacífico, a RAEM é o 6.º melhor classificado, o mesmo lugar que ocupou no ano passado, logo a seguir à Nova Zelândia, Singapura, Austrália, Hong Kong e Japão, mas no ranking mundial situa-se no 34.º lugar (contra o 26.º no ano passado). O relatório refere claramente que a queda da classificação de Macau merece vigilância.

O número de queixas recebidas demonstra que o estado da integridade tende a desenvolver-se positivamente mas a classificação dada ao estado da integridade em Macau tanto pelos cidadãos como por instituições internacionais de avaliação sofreu uma queda. Esta realidade chama precisamente a nossa atenção para a necessidade de se manter o reforço da promoção da integridade social.

Em Junho deste ano, o CCAC organizou a primeira Sessão de Intercâmbio sobre Gestão Íntegra destinada aos dirigentes dos Serviços Públicos, com vista a alargar a cooperação entre as duas partes. Na sequência das sessões, o CCAC lançou um Plano para uma Gestão Íntegra. Mais de 50 serviços públicos assinaram protocolos com o CCAC e desenvolveram cooperação mais estreita, procedendo à revisão do funcionamento do próprio serviço, elevando a transparência administrativa e reforçando a informação ao CCAC. Ao mesmo tempo, promoveram a implementação da gestão nas áreas de combate à corrupção, prevenção e educação. Além disso, o CCAC preocupa-se também com os problemas sociais, fazendo sempre o acompanhamento das denúncias dos actos que apresentem sinais de corrupção e de irregularidades. Contudo, devido à confidencialidade das investigações, o CCAC não pode revelar o ponto da situação de alguns dos casos. Entretanto, face ao crescente encobrimento e profissionalismo dos actos de corrupção e de irregularidades, o CCAC apresentou uma proposta ao Governo, com vista a ser dotado de maior capacidade para a recolha de informações, análise financeira e técnicas de informática, no sentido de elevar a capacidade geral do combate à corrupção.

Fazendo uma análise retrospectiva e dos incidentes analisados, sente-se um maior peso da responsabilidade. O CCAC continuará a envidar, com firmeza e persistência, todos os esforços, conjugado com toda a população de Macau, para valorizar o espírito do primado da lei, promover a transparência e eficácia na Administração e construir uma sociedade pautada pela incorruptibilidade e justiça.

## “OMBUDSMEN E A LEGALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO – INTERCÂMBIO INTERNACIONAL ENTRE A CHINA E OS PAÍSES LUSÓFONOS” EM MEADOS DE OUTUBRO

No âmbito do 15.º aniversário da promoção da integridade em Macau, o CCAC promoverá a actividade “Ombudsmen e a Legalidade da Administração – Intercâmbio Internacional entre a China e os Países Lusófonos”, entre 15 e 21 de Outubro. Através desta actividade de intercâmbio, pretende-se promover trocas de experiências entre a China (incluindo as duas regiões administrativas de Hong Kong e de Macau) e os países de língua portuguesa sobre o papel do Ombudsman na promoção da legalidade administrativa, bem como reforçar o contacto e a cooperação entre as instituições representadas neste encontro.

Um total de oito países e territórios estará representado nesta actividade, cuja organização conta com o apoio do Ministério de Supervisão da República Popular da China. O programa consta de duas partes: primeiro, haverá uma conferência no Território e depois os participantes deslocar-se-ão a Beijing, onde estão programadas uma reunião de trabalho com o Ministério de Supervisão e visitas a obras afectas aos Jogos Olímpicos.

Os países e territórios representados nesta actividade são:

- 1) China Vice-Ministro de Supervisão, Chen Changzhi, Subdirector (equivalente a director de departamento) do 1.º Departamento de Supervisão do Ministério de Supervisão, Zhao Wenbo, Supervisora (equivalente a subdirector de departamento) do Departamento de Assuntos Externos do Ministério de Supervisão, Shao Shuwang, e Subchefe de Divisão do Gabinete do Ministério de Supervisão, Han Jinjun
- 2) Hong Kong Ombudsman, Alice Tai, e Investigador-Chefe-Geral, Frank Li
- 3) Portugal Provedor-Adjunto de Justiça, Jorge Correia de Noronha Silveira
- 4) Brasil Ouvidora-Geral da União, Antónia Eliana Pinto
- 5) Angola Provedor de Justiça, Paulo Tjipilica, jurista Joaquim José de Jai Ventura, e advogado Carlos Moisés Sanguève
- 6) Guiné Bissau Ministra da Justiça, Carmelita Barbosa Rodrigues Pires
- 7) Timor Leste Provedor dos Direitos Humanos e Justiça, Sebastião Dias Ximenes, e Provedor-Adjunto, Amândio Sá Fernandes
- 8) Macau Comissário contra a Corrupção, Cheong U



CHINA  
Vice-Ministro de  
Supervisão  
Chen Changzhi



HONG KONG  
Ombudsman  
Alice Tai



PORTUGAL  
Provedor-Adjunto  
de Justiça  
Jorge Correia de  
Noronha Silveira



BRASIL  
Ouvidora-Geral da  
União  
Antónia Eliana Pinto



ANGOLA  
Provedor de  
Justiça  
Paulo Tjipilica



GUINÉ BISSAU  
Ministra da Justiça  
Carmelita Barbosa  
Rodrigues Pires



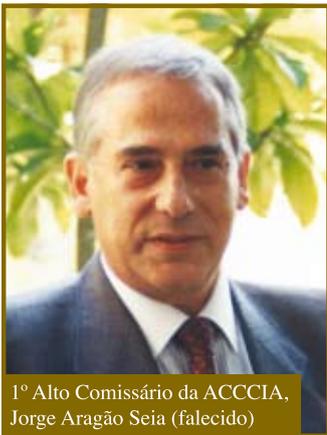
TIMOR LESTE  
Provedor dos Direitos  
Humanos e Justiça  
Sebastião Dias  
Ximenes



MACAU  
Comissário contra  
a Corrupção  
Cheong U

## RETROSPECTIVA DE 15 ANOS DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE EM MACAU

A criação da instituição de combate à corrupção de Macau remonta a 1992, ano em que foi criado o Alto Comissariado Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa (ACCCIA), sendo Jorge Alberto de Aragão Seia o primeiro Alto Comissário. A Região Administrativa Especial de Macau foi institucionalizada a 20 de Dezembro de 1999. O Comissariado contra a Corrupção nasceu também nesse mesmo dia, nos termos do artigo 59.º da Lei Básica de Macau. Cheong U foi nomeado o primeiro Comissário cujo mandato foi renovado no final de 2004.



1º Alto Comissário da ACCCIA,  
Jorge Aragão Seia (falecido)

Com a criação da RAEM, foi reforçado o combate à corrupção. A Assembleia Legislativa aprovou em Agosto de 2000 a Lei Orgânica do CCAC, conferindo-lhe mais poderes funcionais. No mesmo mês, o Chefe do Executivo aprovou um regulamento administrativo que actualizou a estrutura orgânica e aumentou o quadro de pessoal, o que potenciou a sua capacidade na prevenção e combate à corrupção.

A estratégia do CCAC assenta em “campanha anti-corrupção”, “prevenção”, “promoção de actos normativos” e “educação”. Desde a sua criação, a repressão aos crimes de corrupção tem obtido resultados visíveis. Foram descobertos vários casos de corrupção, abuso de poder, aproveitamento de poderes funcionais para obtenção de interesses particulares e burla. E entre os funcionários públicos envolvidos contava-se pessoal de direcção e chefia. Em 6 de Dezembro de 2006, o ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Ao Man Long, por suspeita de corrupção passiva grave e prática de actividades financeiras ilegais, foi detido pelo CCAC. No dia seguinte, o Chefe do Executivo, Ho Hau Wah, divulgou o caso de Ao, que no mesmo dia foi exonerado do cargo do Secretário pelo Governo Central, com base na sugestão do Chefe do Executivo da RAEM. Em Agosto de 2007, o Tribunal de Última Instância concluiu a instrução e Ao foi acusado de um total de 76 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, branqueamento de capitais, abuso de poder, participação económica em negócio, inexactidão dos elementos na declaração de rendimentos e interesses patrimoniais e riqueza injustificada.

Assegurar eleições limpas e justas é uma das principais atribuições do CCAC. Nos dois processos eleitorais para a constituição da Assembleia Legislativa, respectivamente em 2001 e em 2005, o CCAC levou a cabo uma série de actividades de prevenção e combate à corrupção eleitoral através de “Reforço na prevenção e firmeza no combate”, tendo por objectivo assegurar eleições justas, imparciais, abertas e sem corrupção.

O CCAC também é responsável pelo tratamento das queixas relativas a ilegalidades administrativas, salvaguardando os direitos e interesses legítimos dos cidadãos e por assegurar a imparcialidade, legalidade e eficiência da administração pública. Realiza diligências de investigação sobre a ilegalidade ou injustiça de actos ou procedimentos administrativos de serviços ou entidades públicas, face às queixas apresentadas pelos cidadãos. Ao mesmo tempo, desenvolve projectos de “pesquisa de regimes jurídicos” e “pesquisa de funcionamento”.

O CCAC efectuou já estudos e pesquisas sobre o Regime de Aquisição de Bens e Serviços dos Serviços Públicos, Regime de Exclusividade de Funções dos Trabalhadores da Administração Pública e Regime Eleitoral para a Assembleia Legislativa, tendo submetido os relatórios ao Chefe do Executivo e elaborado orientações para servirem de referência aos serviços públicos. Quanto à “pesquisa de funcionamento”, desenvolveu-se colaboração com vários serviços públicos e entidades, estudando a melhoria do funcionamento dessas instituições. O objectivo foi o de contribuir para aumentar a eficiência e a transparência



2º Alto Comissário  
da ACCCIA, Luís de  
Mendonça Freitas



dos serviços públicos, diminuindo as oportunidades para a ocorrência de casos de corrupção e assegurar uma administração legal.

O CCAC atribui grande importância à promoção da honestidade e integridade no seio da Administração Pública. Para além de organizar continuamente seminários sobre integridade destinados aos funcionários públicos ou seminários temáticos, elaborou também “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública” para distribuir a todos os trabalhadores da Administração. Em paralelo, emitiu “Propostas para Elaboração do Código de Integridade para os Serviços/ Instituições Públicas”, com vista a ajudá-los a elaborar um Código Interno de Integridade. Em 2007, iniciou-se mais um projecto de colaboração com os serviços públicos: implementação do “Plano para uma Gestão Íntegra”. Até agora, o Plano já conta com a participação de mais de 50 serviços e instituições públicas.

Para divulgar a importância da construção de uma administração livre de corrupção, e promover a eficácia na prevenção contra a corrupção, o CCAC implementou uma campanha de sensibilização sobre integridade, por meios diversificados. Junto do público divulgam-se os casos investigados, para que sirvam de exemplo dissuasor. Em articulação com a educação moral destinada aos alunos do ensino primário, foi publicado, em 2003, o Manual “Honestidade e Integridade”, como material didáctico complementar para as escolas. A maioria das escolas de Macau já o utilizam. Em 2005, foi lançada a 2.ª edição do manual e elaborado um conjunto de outros materiais didácticos, para serem usados em conjugação com os trabalhos didácticos dos professores. Os trabalhos de sensibilização sobre a integridade virados para os estudantes do ensino secundário vêm sendo desenvolvidos há vários anos, tendo especial destaque o “Programa da Educação para a Honestidade da Juventude” e a “Semana da Integridade”.

No final de 2003, o CCAC estabeleceu na Zona Norte, a sua primeira delegação, com vista a divulgar eficazmente as mensagens de integridade, auscultar a opinião pública e facilitar o acesso à informação por parte dos cidadãos, assim como tornar mais fácil o processo de apresentação de queixas e denúncias. Existe na delegação um espaço chamado “Paraíso da Integridade”, utilizado para divulgar o conceito de integridade e do respeito pela Lei junto dos estudantes do ensino primário, recorrendo a métodos animados e flexíveis. Para o ano de 2008 está planeada a criação de mais uma delegação, desta vez na Taipa.

No âmbito da cooperação com exterior, o CCAC participa em actividades de organizações internacionais anti-corrupção e de provedoria de justiça, para cumprir cabalmente as suas atribuições. É membro fundador da Associação Asiática de Ombudsman e actual membro da Direcção do Instituto Internacional de Ombudsman. Em Maio de 2006, o CCAC, em representação da RAEM, aderiu oficialmente à “Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico”.

Desde o retorno à China, com o esforço conjunto dos diversos sectores sociais, Macau tem caminhado no sentido de construir uma administração sem corrupção. A Transparência Internacional, organização internacional não governamental contra a corrupção, publicou, em Novembro de 2006, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2006, em que Macau veio pela primeira vez contemplado. O Território foi o 6.º melhor classificado na região Ásia-Pacífico e o 26.º melhor classificado a nível mundial. No futuro, o CCAC continuará a combater a corrupção e as irregularidades com imparcialidade e coragem, salvaguardando a justiça e visando a construção de uma sociedade justa em conjunto com a população.



Actual Comissário contra a  
Corrupção, Cheong U

## CCAC E SERVIÇOS PÚBLICOS COOPERAM NO PLANO PARA UMA GESTÃO ÍNTEGRA

No quadro das linhas da reforma da Administração Pública, em matéria de promoção da integridade na Administração, traçadas pelo Governo do RAEM para 2007 a 2009, o Comissariado contra a Corrupção lançou, em finais de Agosto, o Plano para uma Gestão Íntegra. A resposta tem sido positiva e, até agora, mais de 50 serviços e instituições públicos já manifestaram o interesse em participar no Plano, num esforço conjunto visando a promoção da integridade.

De adesão voluntária, o Plano incide essencialmente sobre áreas como a supervisão, a prevenção, a sensibilização e o reforço da construção de regimes jurídicos. Os serviços participantes, a quem compete a execução concreta, assinam um protocolo de cooperação com o CCAC, incumbido de dar apoio técnico. No âmbito do protocolo, de dois anos, com o prazo renovável, as duas partes indicam respectivamente elementos responsáveis por assegurar a aplicação do Plano e por avaliar periodicamente os seus efeitos.

A partir de meados de Setembro, o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, iniciou a assinatura de protocolos de colaboração, no âmbito da realização do Plano para uma Gestão Íntegra, com os dirigentes dos serviços e instituições públicas participantes. Ao acto de assinatura do protocolo tem-se seguido uma breve reunião com a presença do Comissário Cheong U, da Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, da Chefe do Gabinete, Ho Ioc Sang, da Assessora, Iao Man Leng e dos dirigentes do serviço aderente. São trocadas opiniões sobre a implementação do Plano e definido um sistema de contacto, sobretudo, para se proceder regularmente à avaliação dessa implementação. Segundo sugeriu o Comissário, o serviço, quando elaborar ou revir um documento legal, pode, se o entender, entregar o anteprojecto ao CCAC, para que este, no âmbito das suas funções, formule opiniões no sentido de suprir lacunas propícias à prática da corrupção e evitar problemas de execução da lei.

Nas reuniões, os serviços e instituições públicas têm tecido comentários positivos relativamente ao lançamento, pelo CCAC, deste Plano. E têm afirmado que colaborarão activamente com o CCAC, reforçando, a nível de regimes, as medidas de prevenção. O objectivo é o de reduzir a margem de prática de corrupção e de outras ilicitudes e de assegurar maior integridade na gestão, num esforço conjunto visando a melhoria da qualidade geral da governação na RAEM.

Vários serviços e instituições públicas e o CCAC assinaram o protocolo de cooperação sobre o “Plano para uma Gestão Íntegra”



O Comissário troca o protocolo assinado com o Presidente do Conselho de Administração do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Tecnologia, Tong Chi Kin



O Comissário com os membros do Conselho de Administração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais



O Comissário e o Comandante-Geral dos Serviços de Polícia Unitários, José Proença Branco, assinam o protocolo



O Comissário com o Director-Geral dos Serviços de Alfândega, Choi Lai Hang

## CCAC E GABINETES DOS SECRETÁRIOS ORGANIZARAM CONJUNTAMENTE SESSÕES DE INTERCÂMBIO SOBRE GESTÃO ÍNTEGRA



Florinda Chan oferecendo lembrança ao Director de Prevenção da Corrupção da ICAC de Hong Kong, Thomas Chan

O reforço da promoção da integridade na Administração, que se assume como uma parte de extrema importância da acção governativa, é uma aposta da RAEM. Foi o que afirmou o Chefe do Executivo num encontro, em 6 de Junho, com os titulares dos principais cargos do Governo, membros do Conselho Executivo, directores de serviços públicos e responsáveis de instituições públicas. Edmundo Ho exigiu aos responsáveis de diversos níveis do Governo que assegurem a concretização das exigências básicas da honestidade e dedicação ao público, promovam o espírito da integridade, assumam com coragem tarefas e responsabilidades e procurem tornar mais transparente a acção governativa.



Sessão de intercâmbio destinada à área sob tutela da Secretaria para a Segurança, no World Trade Center Macau, Lotus Room

O Comissário contra a Corrupção falou, no encontro, da promoção da integridade na RAEM. Segundo Cheong U, o CCAC reforçará a supervisão das áreas mais expostas à corrupção e tomará medidas mais energéticas visando salvaguardar a honestidade nos funcionários públicos.



Chui Sai On com o Subdirector de Prevenção da Corrupção da ICAC de Hong Kong, Samuel Hui (à sua esquerda)





A Subdirectora do Departamento de Prevenção da Corrupção da ICAC de Hong Kong, Jean Au-Yeung, discursando na sessão de intercâmbio



Sessão de intercâmbio destinada à área sob tutela da Secretária para os Transportes e Obras Públicas



Sessão de intercâmbio destinada à área sob tutela da Secretária para a Economia e Finanças

Em Julho, o CCAC organizou cinco “Sessões de Intercâmbio sobre a Gestão Íntegra”, respectivamente, para os directores e chefes de departamento de serviços e instituições sob tutela das cinco Secretarias.

Para além de elementos do CCAC, de entre os oradores estiveram vários especialistas vindos de Hong Kong, incluindo o Director e os dois Subdirectores de Prevenção da Corrupção da Comissão Independente Contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, Thomas Chan, Samuel Hui e Jean Au Yeung Lui, o Superintendente Chefe da Secção de Queixas e Investigações Internas da Polícia de Hong Kong, Alan Fan, e o Assistente Principal do Secretário dos Serviços de Desenvolvimento (Obras) de Hong Kong, David Tong. Os oradores apresentaram experiências e analisaram casos, que se revelaram sugestivos para os dirigentes e chefes presentes, no sentido de darem exemplo com a sua própria conduta e conduzirem melhor a promoção da integridade dentro do serviço.

Os cinco Secretários, Florinda Chan, Tam Pak Yuen, Cheong Kuoc Va, Chui Sai On e Lau Si Io participaram e discursaram respectivamente na sessão destinada à área que cada um tutela.





## ORGANIZAÇÃO DE *WORKSHOPS* CONJUNTAMENTE COM O GABINETE DO SECRETÁRIO PARA OS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS



Lau Si Io e Tou Wai Fong no *workshop*



No *workshop*

Entre Agosto e Setembro, o CCAC e o Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas promoveram conjuntamente “*Workshops* sobre a Prática de Integridade”, tendo por objectivo sensibilizar para a integridade os trabalhadores da área dos transportes e obras públicas. Procurou-se, através de explicações e análise de casos de forma acessível, disseminar nos participantes o sentido da integridade e consciencializá-los para a incorruptibilidade, especialmente para que estejam alerta no exercício de funções e saibam resistir a todas as tentações e vantagens ilícitas.

O Secretário Lau Si Io, que esteve presente, afirmou que os serviços e instituições sob a sua tutela procederão ao aperfeiçoamento dos regimes em relação aos cargos que se julgam “mais perigosos”. Referiu-se, a título de exemplo, à criação de critérios para a autorização de obras, especialmente no respeitante ao processo de avaliação de propostas sobre grandes obras, o qual terá maior transparência e será objecto de auscultação de opiniões.

## ABERTURA DA PÁGINA ELECTRÓNICA DEDICADA À JUVENTUDE, “TEENCITY”

Uma página electrónica intitulada “Teencity” (<http://www.ccac.org.mo/teencity>) e dedicada à formação da honestidade na juventude está já disponível ao público. Inculcar nos jovens o sentido da honestidade e do cumprimento da lei, permitindo-lhes formar concepções da vida e valores correctos, é o objecto da criação deste espaço pelo Comissariado contra a Corrupção.

O CCAC deseja, com a página “Teencity”, intensificar a interactividade com os jovens e criar uma plataforma para que tenham mais oportunidades de participar activamente na educação para a honestidade. Há ainda a referir que a página electrónica de várias escolas secundárias locais já oferece ligação à “Teencity”, em resultado de colaboração com o CCAC no sentido de tornar esta página conhecida por mais jovens.

<http://www.ccac.org.mo/teencity>



## “PARA OS COLEGAS, O ‘CÓDIGO INTERNO DE INTEGRIDADE’ É UM TIPO DE PROTECÇÃO E NÃO UMA RESTRIÇÃO”

— O presidente do Instituto de Acção Social, Ip Peng Kin, fala sobre a implementação da consciência da integridade a nível interno no IAS



Presidente do Instituto de Acção Social, Ip Peng Kin

No início do ano 2005, o Comissariado contra a Corrupção elaborou duas orientações jurídicas sobre a ética profissional do servidor público, “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública” e “Propostas para Elaboração do Código de Integridade para os Serviços/Instituições Públicas”.

Ao mesmo tempo, lançou uma

série de sessões de esclarecimento, subordinadas ao tema “Carácter Nobre, Conduta Íntegra”. Por sua vez, o Instituto de Acção Social colaborou para as respectivas actividades, tendo elaborado um “Código Interno de Integridade” e criado um grupo de trabalho interdepartamental a nível interno e composto de seis elementos, para efectuar sessões de esclarecimento junto de mais de 370 trabalhadores do Instituto, depois da elaboração do mesmo código.

### Criação do Grupo de Trabalho Interdepartamental para elaboração do Código Interno de Integridade

O Presidente do Instituto de Acção Social, Ip Peng Kin, recordando a elaboração do “Código Interno de Integridade” disse que o grupo de trabalho integrava o vice-presidente e pessoal da área administrativo-financeira e de estudo e planeamento, visto que entenderam que para elaborar um código condigno era necessário a junção de ideias, para além de ouvir as maiores preocupações dos colegas no que respeita a uma conduta íntegra. Entretanto, o Instituto tomou a iniciativa de incentivar os funcionários a fornecer exemplos concretos e colocar questões no sentido de que o código se adapta melhor às necessidades.

Segundo Ip Peng Kin o código toma por base os trabalhos do dia a dia dos trabalhadores, por isso, procura explicar com palavras concisas e casos práticos, fazendo com que todos os colegas o percebam facilmente. Por isso, citaram 50 exemplos relacionados com as atribuições do Instituto, nomeadamente o impedimento dos trabalhadores na apreciação dos pedidos de subsídio de assistência e a imparcialidade no tratamento dos pedidos de apoio financeiro das associações.

### Realização de sessões de esclarecimento internas

Segundo o Presidente alguns colegas manifestaram o desejo da realização de sessões de esclarecimento na fase inicial da elaboração do código, com vista a dissipar as suas dúvidas relativas ao código de integridade, pelo que o Instituto organizou a nível interno nove sessões de esclarecimento em cantonense e português, o que permitiu

a todos os colegas conhecerem melhor o código e apresentar as suas opiniões e dúvidas.

Apontou ainda o Presidente que as questões que mais interessavam aos colegas não eram mais do que “tratamento de vantagens recebidas” e “regime de impedimentos”, para além do “trabalho a tempo parcial” e a definição de participação em alguns trabalhos alheios ao Instituto, a título gratuito, e em actividades associativas. Complementando disse que, durante as sessões de esclarecimento, os colegas apresentaram também muitas sugestões construtivas em relação ao Código.

### Elaboração das “Instruções sobre o Procedimento de Aquisição de Bens e Serviços”

O Instituto de Acção Social tem, no desenvolvimento das suas atribuições diárias, de proceder a aquisições de bens e serviços. Ip Peng Kin revelou que, tendo em vista controlar o procedimento das aquisições, o IAS elaborou as “instruções sobre o circuito de trabalho para aquisição de bens e serviços”, tomando como base as “instruções sobre o procedimento de aquisição de bens e serviços” do CCAC. Segundo Ip Peng Kin, as “Instruções” especificam os circuitos de aquisições e exercício de competências, em conformidade com as atribuições e funções de todas as subunidades do IAS, normas da contabilidade pública e as competências das subunidades, para além de serem ilustradas com gráficos. Disse ainda que as “instruções” do CCAC constituem um enquadramento enquanto que as “instruções” do IAS constituem uma regulamentação concreta em função das atribuições e funções das subunidades, para que o pessoal competente saiba como e o que pode fazer ao lidar com os assuntos das aquisições.

### O Código é uma “protecção” e não uma “restrição”

Costuma-se dizer que “o que custa é o primeiro passo”, salientou Ip Peng Kin referindo que o Instituto de Acção Social tinha já feito muitos esforços para elaborar o Código Interno, procurando que o mesmo fosse o mais rigoroso possível em termos de conteúdo, forma de expressão e exemplos da conduta íntegra. No que diz respeito à divulgação do código, o presidente partilhou também a sua experiência dizendo que deve ser enfatizado junto dos trabalhadores que o código não se destina a restringir os seus direitos. É sim para eles uma “protecção”, chamando à atenção para não caírem na “armadilha” de não conhecerem a lei por causa dos vícios e por ignorância. Dado o rigor que se imprimiu no código na altura da sua elaboração, não houve necessidade de introduzir grandes alterações mesmo depois de um ano de vigência. No entanto, o presidente do IAS disse que irá proceder à revisão do código no próximo ano, altura em que talvez sejam introduzidas algumas alterações e inseridos mais exemplos.



# The Ombudsman's Role in Good Governance: Issues & Challenges (II)

## Building Human Capacity

Let me turn now to the next critical factor that determines the effectiveness of the Ombudsman, and that is his human resource. With the strongest legal foundation supplemented by a comprehensive operational network, the office can remain most severely handicapped without the benefit of a minimum quality of the personnel at its disposal.

Quite clearly the Ombudsman is only as effective as the human resources he is able to call upon to assist him in the performance of his duties. He depends wholly on the incumbents of his office, their professionalism, integrity, their judgment, their compassion, their impartiality and their independence.

With the growing complexity of government, we have to remain cognizant of the fact that most of us are generalist institutions overseeing activities, in a number of cases, of specialized administrative systems. In Pakistan, as mentioned earlier, we have a few specialized Ombudsmen to deal with some of the financial sectors such as banking, taxation and insurance. But by and large, the residual is dealt with by the federal and provincial Ombudsmen. So there is a great need of a competent and experienced cadre of personnel with both degree of judicial temperament as well as knowledge of public administration and government operations. And ideally, over time they need to get close to being as knowledgeable and competent as the civil servants they deal with.

Most countries are laying great stress on better human resource support in a variety of ways. While the foremost concern has been in building up the asset of quality in-house staffing, there is now the practice of retaining advisory bodies, engaging volunteer services, hiring expertise where necessary, and outsourcing certain functions best performed by private entities in support of the Ombudsman's operations. I have given some examples in this respect of Japan's Administrative Convenience Resolution Council composed of experts from outside government, as well as administrative operations; and of Malaysia's model of the Advisory Board to assist the Public Complaints Bureau. We can also see the concern of the Madhya Pradesh Ombudsman, in India, in dealing with specialized matters. His organisation has a technical cell, headed by professionals in the fields of water resources, public works and sanitation that deals with inquires of technical nature. The Ministry of Supervision in China, despite its large branch network, specially invites scholars and experts, partly members as well as persons with non-party affiliation, to be

Javed Sadiq Malik (Federal Ombudsman of Pakistan)

part time supervisors of certain aspects of its work. But ultimately the greatest concern of the Ombudsman in respect of his human resources remains with respect to the quality of his in-house staffing. It is his strength here that gives the office continuity and provides the institutional memory that enables the organization to push forward with initiatives taken over the years.

In addressing this issue of an in-house high caliber human resource, both selection and training are important. Both, however, present certain difficulties and challenges. Our experience is that people with the right experience and exposures are not readily available. People from the market will not have the kind of experience of public administration that would enable them to start with a good insight into some of the ground level complexities of public sector operations. On the other hand, personnel taken from the government are usually part of a culture that is not proactive in nature. They tend to bring with them fairly established traditions of the use of authority through formal, tedious and slow mechanism – while the need is to have human resources that are client – centered, complainant – friendly, flexible and informal in their approach.

With these constraints in acquiring the right manpower, the obvious answer that suggests itself, is to effectively train the staff of the Ombudsman's office. Training, while being useful in a technical sense, has its limitations, as it tends to have a lesser impact on the important aspects of attitudes, habits and outlook.

Training is, nevertheless, now being given increasing emphasis by the members of the AOA with the most countries organizing training on a regular basis through structured program as well as seminars and workshops on aspects such as the law and regulations, filed investigative techniques, mediation and monitoring for results. However, in the case of most countries their staffing represents a mix of government personnel on secondment and the Ombudsman's permanent staff. This situation presents the difficulty that if we train a cadre of deputed personnel and. After gaining valuable hands-on skills and experience over time, the seconded public servants are moved out to other government jobs, the Ombudsman, in one stroke, loses an asset he has invested in and developed over a period of time – and with any new person, the process has to begin all over again. This makes the office of the Ombudsman function in fits and starts with its capacity always in a variable state over time.

Accordingly, in Pakistan we are giving serious thought to whether we should move people in and out of Ombudsman's office



or whether there should be a permanent cadre that is trained, gains experience and this adds sustained value to the Ombudsman's work. While we think there is some advantage in having active civil servants on the staff, and it would not be sensible to exclude secondments altogether, there is a strong argument in favor of the bulk of appointments to the Ombudsman's staff being permanent staff. At the very least, it would be useful to have a permanent core cadre that provides the backbone to the office and acts as a resource for people coming on deputation from the various branches of government. Another important reason to retain experienced people is to build capacity within the office to undertake the important function of analyzing systemic weaknesses that give rise to repetitive complaints. As mentioned earlier, there is limited value in investigating individual complaints if the knowledge gained from such investigation is not applied to the wider purpose of improving administrative practices. The Ombudsman tends to deal too much with what went wrong and who is to blame, and too little with what can be done to help prevent that wrong from recurring. If this important objective of exerting a preventive influence through general solutions is to be effectively pursued, it calls for a quality of manpower that is built up over years of experience with analytical abilities that come with insights into departmental working through sustained interaction and engagement with public sector agencies.

I believe a number of countries are in the process of reviewing their staffing patterns in terms of developing career structures for the permanent employees of the Ombudsman's office in order to build up in-house capacity. I know that Hong Kong, for example, has reached the point where its workforce is today entirely appointed by the Ombudsman.

### Setting Service Standard

The next, and related, element that contributes to giving the Ombudsman enhanced effectiveness through the use of his human material, is the setting of standards for its personnel and their enforcement. This is proving to be an extremely effective management approach in getting better outcomes from the service delivery process. In Malaysia, for instance, the Public Complaints Bureau issues a Quality Statement, which is a public statement affirming the organizational commitment to following a Total Quality Management System and comprises an elaborate set of standard operating procedures, guidelines and instructions. Malaysia also issues a Client Charter which includes a public statement on service standards that the public management and the rights of the public if these standards are not met. The Charter sets a standard of resolution of complaints in 3 months time, with flexibility for more complex cases. Malaysia also has a customer satisfaction index – a survey on public perception of performance – to inform their staff about areas of weakness and take steps to remove them.

Thailand, also, published a Code of Ethics for its staff in 2004, which details the values and the expected norms for behavior for staff which discharging their functions and dealing with state agencies and their officials, as well as with complainants.

Hong Kong publishes performance pledges and sets target response times for acknowledgment and initial processing of complaints (80% within 5 days and 20% within 10 days). Client service charters are now issued by a number of Ombudsmen around the world and have proved to be an effective methodology in further exploiting and maximizing the institutions' human resource potential.

Starting this year, we in Pakistan also aim to introduce the concept of Service Charters, initially in relation to our complaints management processes and in the future years to cover all our operations. This Service Charter will specify service standards in terms of maximum time for acknowledging receipt of complaints and for better feedback mechanisms. We expect these measures will help raise our ability to meet specified targets and deadlines and improve the quality of our service. As a first measure, we have instituted measures for prompt handling of complaints in our Registration Wing, where all complaints are now despatched to the relevant agency within 24 hours of receipt. During the coming year, similar standards and benchmarks will be introduced across our operational and managerial tiers, with Key Performance Indicators established and used in performance assessments, focusing on outputs and outcomes rather than the traditional input and process based modes of assessment. We are confident these measures will make a difference in the disposal of complaints and our ability to redress public grievances faster and in a more responsive manner.

### The Use of Technology

An important point that I now wish to bring out on the subject concerns the importance of the Ombudsman keeping in step with the times and taking advantage of what modern technology offers in furthering his effectiveness to redress public grievances. Modern communications technology, with its steadily decreasing cost, can add considerable leverage to the efforts of the Ombudsman's manpower in terms of both speed of transaction time and data generation for analyses.

In this respect one can see the lead taken by South Korea besides the considerable progress made by a number of other Asian Ombudsmen. In Korea, over 43% of the complaints filed in the year 2006 were received over the internet and this mode of filing has risen steadily over the years with complaint processing time reduced to 5.2 days. Literacy and public awareness have obviously been key factors in the use of technology by the public. In Korea, public awareness of the Ombudsman is close to 50% - an important aspect to which I shall revert presently.





Korean citizens can call agencies' complaint handling services with a single nation-wide telephone number. The online Citizen Participation Plaza service has unified the complaint handling system of over 50 central administrative agencies. The integrated call centre connects people to the appropriate agency concerned with their complaints being transferred electronically to the agency. The Public Complaints Bureau of Malaysia has been encouraging the use of electronic communication as a result of which nearly 16% of the complaints are now received electronically. The system allows the public to not only register their complaints but also to check the status of the case as well as to interact directly with the PCB officer concerned. An internal work flow management system enables staff to assign complaints, forward findings of investigation and make prompt decision.

Iran too, has set up telephone hotlines that can be used either to register a complaint or get more information on the services provided by the general inspection organisation. It has also launched its website for receiving complaints electronically which enables complainants from all over the country as well as overseas to lodge their complaints and follow the process of investigation. Thailand has established a toll free number for convenience of access and has a call centre and electronic handling systems in place to assist complainants.

In Pakistan, technology-driven initiatives were circumscribed in the past by a relatively poor telecom infrastructure and by low telephone and internet densities. Today, the telecom industry is one of our fastest growing industries and internet access is now available in more than 3000 cities and towns, with more than 10 million subscribers; moreover, the explosion in mobile telephony, which has more than 50 million subscribers and one of the fastest growth rates in the region, has created new opportunities for low-cost outreach. Taking advantage of these developments, we have initiated a major MIS project, supported by the ADB-financed Access to Justice Program. This project will automate our complaint management process and enable speedier response to complainants and better monitoring of processing status. In addition, to facilitate access for the public, we're introducing a Universal Access Number, to replace the current 18 different numbers used to contact our head office and regional offices as well as a Toll Free Number service. Benefiting from the rising mobile phone use across Pakistan, we also propose to provide information to the public through the expanding mobile phone network. We're also upgrading our website to include more interactive features such as online complaint forms, online complaint status retrieval, Live Help, guidance on how to make a complaint and who to contact for further information. All of these initiatives will be linked to a Call Centre, which will be able to provide online information services to anyone who calls-in to designated numbers.

## The Prerequisite of Awareness

I now come to a factor which is of such critical importance to the effective functioning of the Ombudsman, that the lower its level, the more redundant it tends to make the Ombudsman's existence – and I refer here to the level of public awareness about his office and access to it.

We have just discussed the importance of the use of modern communications technology for better access, but the key prerequisite remains awareness. In general, the volume of complaints coming to the Ombudsman largely determines his influence and his credibility. As someone rightly said, we Ombudsmen are very much in the hands of the public – the more the people avail themselves of our services, the stronger our position becomes to influence the bureaucracy. In my assessment, in Pakistan at least, there exists a fairly wide gap between the number of potential complainants and complaints actually made. This may be generally true, especially in countries where education levels are low.

It is because the system does not reach as many of the potential complainants as it ought to that Ombudsman all over are finding it increasingly necessary to adopt deliberate publicity measures. The Ombudsman has to make his office known to the public and to keep reminding the public that he exists. A public service needs to be advertised by those supplying it. So the Ombudsman's publicity has to be constant, but more importantly, it should be easily understood.

But this is easier said than done. The public, especially the disadvantaged and those least equipped to fight their own battles, need assistance even to approach the Ombudsman. Countries in our region have devised different ways in which to popularize the Ombudsman concept amongst the public. The Thai Ombudsman organizes a "Meet the People Program" on a quarterly basis with the objective of making people at the grass roots aware about what the Ombudsman is doing and how people can lodge petitions with him. In an innovative way, the Ombudsman has linked up with Public Health Ministry's village health volunteers for the distribution of information about the Ombudsman and extensive use is made of the 7000 village radio broadcasting stations for the purposes.

Japan's administrative counselling model has already being discussed. This is another example of spreading the Ombudsman's word through a broad based system at the local level where 5000 counselors operate to increase awareness and give people access to the system both in geographical and psychological terms.

Malaysia has a 'people caring' program with a focus on citizens at the grass roots where awareness is enhanced by encouraging people to air their complaints in an open manner.





These brief examples highlight the fact that beyond traditional ways of publicity through the print media, the Ombudsman in developing countries, in view of generally low mass education levels, have to adopt more innovative approaches to get their message across.

In Pakistan, we have a big concern with the awareness issues. There has been some decline in the volume of complaints filed over the past few years, and there are a number of reasons for this trend. The provinces have appointed their own Ombudsmen who now attend to matters within the provincial sphere; in addition, specialized ombudsmen for the financial sector have also been appointed. Despite this, the complaint volume should be far higher than it is and the key reason for the disparity between the actual volume and potential complaints is the fact that we have not taken any extraordinary steps, as some countries have, to raise the level of awareness of the Ombudsman's institution. We are now addressing this issue through the development of a communication strategy that will, beyond advertising campaigns, use new, low-cost ways of reaching out to the public, including messaging to mobile phone owners. We also plan to tap into other networks by forging partnerships with organisations such as the National Commission for Human Development (NCHD), the National Volunteer Movement, and the UN Volunteers scheme as well as partnering with other civil society organisations and using their existing structures and human resources. We hope, in this way to extend our outreach to the more vulnerable segments of society, including women, the aged and the disabled. We will also actively seek to partner the corporate sector and use their corporate social responsibility platforms for promoting our services.

Clearly, Ombudsmen have to be proactive in their quest for raising awareness. Publicity measures have to be as extensive as possible and should figure as priorities within budgets. At the same time, to get the message across to the local level, successful innovations that aim at on ground familiarization with the Ombudsman by making use of grass roots organisations, both governmental and non-governmental, are examples that we can all benefit from.

## Conclusion

I am aware that this has been a rather broad and sweeping survey of some of the important common issues and challenges and the approaches adopted by some of the countries of the Asian Ombudsman Association to address them. The purpose has been to stimulate thinking and deliberation by delving further into the relevance and adaptability of the practices adopted by countries in their own environment, with the ultimate objective of adopting management approaches that not only make us more effective as resolvers of individual complaints, but also give us the time and space to undertake the equally important function of promoting good government practices.

The role of the Ombudsman to recommend improvements in policy and in administrative norms and practices is not the subject matter of today's paper, but is being emphasized as having an important relationship with the general efficiency of his operations. For ultimately, the macro level is important and prevention is always better than cure. The Ombudsman needs to spend time and resources on the fundamental systemic weakness that give rise to complaints and this would be time spent to save time and resources spent to save resources in the long run. Optimizing efficiency in his routine every work gives him that time and spares resources for this more fundamental and far reaching aspect of his job.

In the end, I have to say that I am conscious of my limited knowledge at this point of time about all the valuable work being done by the countries of the region in the various areas of the Ombudsman's functions and I apologize for all the omissions that might have taken place in this respect during my presentation.

But with time we hope to overcome this handicap of limited information on the activities and initiatives of our members. The AOA Secretariat, which is housed in Islamabad, has begun serious work on building an electronic library that will contain all relevant material in respect of the member countries in a comprehensive form. Members are probably aware that the Secretariat is pursuing them for information on a number of facets of their working. We plan to organize this information and keep it updated through constant interaction of the Secretariat with the regional Ombudsmen, to ensure that at any given time, a member knows what progress in important areas is underway elsewhere and what are the latest developments in different countries.

The purpose of today's paper has been to stimulate more thinking and discussion on certain identified areas critical to our effective functioning and to take back with us ideas about useful and doable practices followed by other countries on issues and challenges common to us all.

(Fim)





## AS EXPERIÊNCIAS OBTIDAS COM A ACÇÃO DE FORMAÇÃO NA AUSTRÁLIA

Tin Mok \*

A Austrália, o sexto maior país do mundo em área, é famosa pela sua protecção ambiental e boa conservação da Natureza. Era também um país que aspirava visitar desde há muito tempo. Foi, pois, para mim motivo de excitação e nervosismo, ser enviado pelo CCAC a Camberra, capital australiana, para frequentar um curso sobre gestão de crimes graves (MOSC, Management of Serious Crime), com a duração de um mês e organizado pela Polícia Federal da Austrália (AFP).



Para além desse curso, a Academia de Polícia Federal da Austrália, em Camberra, organiza também outros cursos. No entanto, o curso de MOSC pode ser considerado o curso de nível mais elevado e cuja categoria dos formandos é também a mais alta. A AFP atribui grande importância a este curso. Importância comprovada pela presença, tanto na cerimónia de abertura como de encerramento, do Comandante da AFP e de outros dirigentes.

O primeiro curso de MOSC da AFP foi realizado em 1991, dirigido às chefias superiores e intermédias das autoridades policiais. A partir desse ano passou a realizar-se duas a três vezes por ano, sendo esta a 41.ª edição. Já passaram por estas aulas 888 formandos, com aproveitamento. O curso começou apenas por admitir agentes da autoridade das províncias australianas; no entanto, passadas algumas edições, passou a convidar agentes do exterior para participarem. Cada curso tem tema específico definido em função das matérias mais preocupantes da actualidade, tais como o branqueamento de capitais, combate ao terrorismo, combate ao tráfico de drogas, etc. O “crime organizado” foi o tema da edição do MOSC41 e contou com a participação de 18 formandos, entre os quais polícias da Rússia e dos serviços policiais contra crimes graves do Reino Unido, para além das polícias da Nova Zelândia e da Papua Nova Guiné e de comissários superiores das diversas províncias australianas.



O MOSC é um curso de alta qualidade e bastante profissional, no qual a AFP investiu bastante. Para além de convidar agentes da autoridade que ocupam posições de topo na hierarquia da Polícia australiana, com enorme reputação e experiência, e académicos de renome, convida também dirigentes de serviços policiais do exterior para partilharem as suas experiências com os formandos. O tema do curso consistiu na teoria sobre o crime organizado e a sua gestão. Gestão de riscos, técnicas para lidar com os órgãos de comunicação social, técnicas de discurso, técnicas de negociação e a tomada de decisões estratégicas. Sendo um curso de matérias diversificadas, além da teoria, abrangeu também um estágio de simulação, orientação pedestre e redacção.

O estágio de simulação foi a parte mais impressionante. Para os formandos experimentarem a pressão perante os órgãos de comunicação social, a AFP promoveu várias entrevistas-relâmpago em diferentes situações feitas por jornalistas profissionais e locutores de televisão, com perguntas relativas aos pormenores dum processo simulado. Foi a minha primeira entrevista, à frente duma câmara, e sem qualquer preparação. Foi um desafio à minha capacidade de fazer face ao inesperado, de actuar segundo as circunstâncias, de reagir e de responder às perguntas. Posteriormente, a Televisão editou um vídeo clip como se fosse para ser incluído no telejornal, a melhor lembrança desta visita!

Lembro-me de que antigamente, quando me deslocava ao exterior, e ao fazer apresentações sobre Macau, tinha que acrescentar sempre que é “near Hong Kong”. Contudo, nesta acção de formação que frequentei na Austrália, e da experiência que adquiri durante este mês, concluí que a reputação a nível internacional e o grau de atenção para com Macau são agora completamente diferentes. Este progresso constitui, de facto, um motivo de satisfação para quem vive em Macau e merece a reflexão de todos nós como cidadãos de Macau, sobre a forma de como criar uma imagem positiva do Território para que nos orgulhemos do facto de sermos residentes da RAEM.

Como representante do CCAC e residente de Macau, para além de fazer uma apresentação sobre os trabalhos do CCAC, levando ao conhecimento dos serviços da autoridade policial do exterior a realidade de Macau, assumo também o papel de promotor turístico da RAEM.

\* O autor desempenha funções de investigador-chefe no CCAC.



O Comissário contra a Corrupção visita a Federação das Associações dos Operários, onde está reunido com os dirigentes da Federação (07/2007)



O Comissário contra a Corrupção com dirigentes da União Geral das Associações dos Moradores, na sede da União (07/2007)



Dirigentes do CCAC recebem a visita de formandos do curso de formação de magistrados (07/2007)



Visita de representantes da Comissão Nacional contra a Corrupção da Tailândia (08/2007)



A Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, com elementos do Ministério de Supervisão, após uma reunião de trabalho, em Beijing (07/2007)



Crianças membros da Associação de Juventude Voluntária de Macau em visita à Delegação do CCAC (07/2007)



Formandos do 6.º Programa de Formação do Pessoal Investigador em treino físico (08/2007)



Equipa do CCAC no torneio de futebol de funcionários públicos (07/2007)

# Detido guarda prisional suspeito de corrupção

O Comissariado contra a Corrupção deteve na quinta-feira um guarda prisional suspeito de pretender entregar um telemóvel e respectivos acessórios a um recluso do Estabelecimento Prisional de Macau

O suspeito foi detido quando recebia o telemóvel e dinheiro ilícito nas mediações do Jardim Triângulo, na Arca Preta, refere uma nota ontem divulgada pelo Comissariado Contra a Corrupção (CCAC). No âmbito do mesmo caso, foram ainda detidos um funcionário de uma loja de telemóveis, que supostamente ajudou a modificar o telemóvel e a facilitar o contacto com o recluso envolvido, e uma mulher, que terá funcionado como intermediária. Os quatro são suspeitos da prática de corrupção e o caso foi ontem encaminhado para o Ministério Público.

O CCAC esclarece que o caso foi investigado na sequência de uma participação, segundo a qual um recluso, de apelido Yip, pretendia oferecer vantagens ilícitas a um guarda prisional para que lhe fosse entregue um telemóvel no estabelecimento prisional. Posteriormente, "descobriu-se que Yip, através da

sua namorada, de apelido Chan, comprou, por 5.400 dólares de Hong Kong, numa loja de telemóveis nas proximidades do Jardim Triângulo, um telemóvel de 3G com funções de comunicação visual, e ofereceu 5 mil patacas a um guarda prisional do estabelecimento prisional

para que lhe entregasse o telemóvel", refere o CCAC. A mesma nota adianta ainda que o recluso Yip, conhecido pelo apelido de "Lobo",

que lhe entregasse o telemóvel", refere o CCAC. A mesma nota adianta ainda que o recluso Yip, conhecido pelo apelido de "Lobo",



# TERÃO TENTADO ALICIAR FUNCIONÁRIOS DOS SSM CCAC investiga dupla por tentativa de suborno

Dois responsáveis de uma obra na Arca Preta terão tentado subornar fiscais dos Serviços de Saúde de Macau. O caso foi ontem encaminhado pelo CCAC para o Ministério Público

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) encaminhou ontem para o Ministério Público um alegado caso de corrupção activa. A investigação refere-se a dois

uma mulher chamada Loi, do subornar três fiscais dos de Macau (SSM).

uma nota de imprensa, os sus-ram o crime de corrupção le ser punido com a pena anos de prisão.

suspeito, Tam, com mais de ente em Hong Kong, sendo a execução do projecto de um grande edifício na Arca Preta. Loi, também com mais

idente em Macau, promove tamentos do prédio.

duas semanas, um dos indivi-30 notas de 500 patacas, os envelopes, aquando da vi- dos dos três fiscais da SSM, e fiscais chegou ao topo do

medido um envelope com o seu bolso. Já noutro piso, a alegadamente dar os outros aos restantes fiscais. No en- casos terão recusado de ime-



diário. O CCAC suspeita que Loi terá recebido instruções para "tratar bem" os fiscais da SSM.

O primeiro fiscal deu conta do sucedido ao seu superior, que transmitiu a informação ao CCAC.



QUI02  
Quinta-feira • 10 de Agosto de 2007  
Amanhã • Nº1122 • Sábado 11  
Nº10716  
Direcção: Ricardo Feres

# Ponto Final

## AO SERÁ JULGADO

Ao Man Long será julgado por 76 crimes, segundo o despacho de pronúncia emitido ontem pelo TUI. Dos 117 crimes de que era acusado, 41 não foram pronunciados. Ainda sem data marcada, ao antigo governante resta aguardar julgamento. Esperar atrás das grades, já que a prisão preventiva mantém-se.

PÁGINA 1



### CASINOS A MAIS

"Há mais casinos do que restaurantes", observou Stanley Ho referindo-se ao que considera ser um subsequente do sector do jogo em Macau. Para o magnata, o desenvolvimento de Macau aconteceu de forma demasiado abrupta, o que dificultou a aceitação por parte da população que tem que lidar com o aumento do custo de vida. PÁGINA 1

### APOIOS LEGAIS

Dois funcionários públicos terão recebido apoio financeiro da Fundação Macau (FM) de forma não muito transparente, acusaram os deputados Pereira Coutinho e Au Kam San. Em resposta, a secretária da Administração e Justiça, Florinda Chan, afirmou que os pedidos foram aprovados de acordo com os requisitos legalmente exigidos. De acordo com os responsáveis, nos estatutos da FM não há qualquer proibição da concessão de apoios financeiros aos funcionários públicos ou aos seus filhos. PÁGINA 2

### HÓQUEI EM NOVO CAMPO

O hóquei em campo de Macau entrou numa nova era. Frederico Nolasco, que esteve à frente da direcção da Associação durante dez anos, já agora, fugiu a itercalção

JORNAL TRIBUNA DE MACAU QUARTA-FEIRA, 1 DE AGOSTO DE 2007 WWW.TM.COM.MO

### 76 VEZES SETE

76 crimes de que era acusado, 41 não foram pronunciados. Ainda sem data marcada, ao antigo governante resta aguardar julgamento. Esperar atrás das grades, já que a prisão preventiva mantém-se.

CASO AO MAN LONG | TRIBUNAL EMITE DESPACHO DE PRONÚNCIA

# Juiz confirma 76 crimes

Defesa lembra que Ao Man Long não seria o único responsável

Notícia de Macau

A 11H31 o Juiz de Direito, ao emitir o despacho de pronúncia, confirmou 76 crimes de que o antigo governador era acusado. O Juiz de Direito lembrou que a defesa tinha alegado que o antigo governador não seria o único responsável pelos crimes.



o Juiz de Direito confirmou 76 crimes de que o antigo governador era acusado. O Juiz de Direito lembrou que a defesa tinha alegado que o antigo governador não seria o único responsável pelos crimes.

### 4 local

## Guarda suspeito de entregar objectos proibidos a reclusos

Um guarda foi ontem detido no Estabelecimento Prisional de Macau (EPM), por suspeita de efectuar a entrega de objectos proibidos a reclusos, recebendo, para o efeito, vantagens como contrapartida. De acordo com uma nota do EPM, o estabelecimento colaborou com o Comissariado Contra a Corrupção na detenção do guarda prisional, ao qual "foi instaurado, de imediato, um processo disciplinar" além de ter sido proposta a "aplicação da medida de suspensão preventiva de funções".

## UMA ABORDAGEM À CULTURA DA INTEGRIDADE DO EXTERIOR

Para além da influência do sistema orgânico, sistema jurídico e regimes, o facto de ter uma cultura de integridade reconhecida por toda a sociedade e que é aceite e seguida pelos cidadãos constitui uma das razões importantes pela qual a integridade e a honestidade de alguns países se apresentam em bom estado.

### 1. Cultura de bom juízo de valores

A consciência de ter um valor ético saudável é a base em que se fundamenta o combate à corrupção e promoção da integridade. Singapura enfatiza, em primeiro lugar, a crença na vida e conduta moral dos próprios funcionários públicos e só depois é que se sujeita à disciplina da lei. Os países nórdicos atribuem grande importância à cultura da integridade social, formando na maioria dos seus cidadãos um bom costume de respeito pela lei, sendo o aproveitamento de poderes funcionais para proveitos particulares considerado um acto repudiante. Isto exerce uma influência muito importante sobre a integridade e autodisciplina dos funcionários públicos e a formação do respeito pela integridade.

### 2. Reforço da sensibilização sobre o combate à corrupção e a promoção da integridade junto dos funcionários públicos

Atribuir importância à função especial da educação no combate à corrupção e promoção da integridade. Em França, os funcionários do Estado constituem o objecto principal da educação sobre a prevenção contra a corrupção, atribuindo-se grande importância à educação das normas de ética profissional e moral e conduta da equipa da função pública; na Inglaterra, atentam mais o reforço da educação sobre a ética profissional, como por exemplo, “sete princípios na vida pública”, i.e., desinteresse, integridade, objectividade, transparência, abertura, honestidade e liderança. Estas normas de ética profissional são parte integrante e importante do Regime da Função Pública do Reino Unido.

### 3. A promoção da integridade é a pedra angular de um país e o fundamento de uma Administração

Para o sucesso que Singapura obteve na promoção da integridade e honestidade social, a promoção da “integridade” é um dos factores importantes. A integridade é a pedra angular de um país e o fundamento de uma Administração, uma das normas básicas de conduta dum funcionário governamental. Os funcionários governamentais de Singapura devem ter o espírito de servir o povo e de dedicação. Em Fevereiro de 1990, o Parlamento de Singapura adoptou o “Livro Branco sobre Valor Partilhado”, que preconiza cinco visões de valores comuns: “Nação antes da comunidade e sociedade antes do indivíduo; família como unidade básica da sociedade; suporte da comunidade e respeito pelo indivíduo; consenso e não conflito; harmonia racial e religiosa.”

### 4. Os líderes e os intelectuais devem dar o primeiro bom exemplo

No desenvolvimento da cultura de integridade e honestidade, os líderes são organizadores e dirigentes; os intelectuais criam os novos conceitos de moral com base na cultura tradicional como principal fonte espiritual e incutem e divulgam estes novos conceitos junto do público. Tanto os líderes como os intelectuais devem ser os primeiros a terem um sentimento moral nobre, cumprindo fielmente as funções e dedicando-se de corpo e alma ao trabalho público, de modo a serem um bom exemplo para toda a sociedade. Disse o ex-primeiro ministro de Singapura, Lee Kwan Yew: “A camada do topo do governo deve dar um bom exemplo. Se se conseguir dar um bom exemplo, o mau costume da corrupção pode ser extirpado”. A formação da cultura de integridade e honestidade no Japão é inseparável dum conceito forte da cultura de vergonha que é: a moral do povo é corroída quando a moral do governo está degradada.

Texto da autoria de Liang Ping publicado no Jornal “Xue Xi” e transcrito na página da internet da Agência de Notícias Xinhua no dia 27 de Julho de 2007





**Se estiveres na tua tenda,  
não te acharão na contenda.**

# 行賄受賄

A CORRUPÇÃO, QUER PASSIVA,  
QUER ACTIVA, É SEMPRE PUNIDA

# 同樣犯法

勿存僥倖  
法網難逃

Não confie na sorte  
para escapar à lei

24小時舉報熱線  
Linha Vermelha-24 horas

**2836 1212**

廉政公署  
Comissariado contra a Corrupção  
新口岸宋玉生廣場「皇朝廣場」十四樓  
Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, Edif. "Dynasty Plaza", 14º Andar, NAPE  
電話 Tel: 2832 6300 傳真 Fax: 2836 2336 www.ccac.org.mo

